

# Médicos pedem intervenção no GDF para receber R\$ 225 mi

O GDF poderá sofrer intervenção federal caso o Supremo Tribunal Federal (STF) acate requerimento impetrado, ontem, por 450 médicos da Fundação Hospitalar do DF. Os médicos querem receber uma dívida trabalhista no valor de R\$ 225 milhões, que tramita na Justiça há mais de dez anos e já foi reconhecida em todas as instâncias judiciais. Se a decisão do STF for favorável aos médicos, o governador Cristovam Buarque será declarado incapacitado para dirigir o GDF e será nomeado, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, um interventor para administrar a cidade.

O governo democrático-popular, entretanto, parece não estar muito preocupado com a situação. O secretário-adjunto de Administração, Márcio Baiocchi - novo negociador para assuntos sindicais do GDF -, aconselhou os médicos a cobrarem a conta do Governo Federal, responsável pelos repasses de recursos para a área de saúde. "Nós estamos em uma situação financeira periclitante", justificou.

**Humor** - O governador Cristovam Buarque manteve o bom-humor, apesar da notícia: "Me sinto em boa companhia na medida em que outros governadores, como Mário Covas (São Paulo) e Dante de Oliveira (MT), também sofreram pedido de intervenção por causa de erros cometidos em governos passados. No caso do DF, esta dívida vem de 85".

Legalmente, o GDF teria que saldar a dívida no ano fiscal de 95, mas nem

um acordo foi fechado e os médicos resolveram apelar mais uma vez para a Justiça. Segundo o advogado do Sindicato dos Médicos, Marcos Resende, os recursos para o pagamento da dívida foram previstos, no último ano do governo Roriz, no orçamento do GDF para 95. "Desde a campanha, Cristovam Buarque foi informado da dívida. Nós somos funcionários do GDF e não da União. Onde o governo vai arrumar dinheiro para nos pagar não é problema nosso", desabafou o diretor jurídico do sindicato, Gualter Tamborini.

De acordo com ele, em propostas feitas ao GDF, os médicos abriram mão de receber metade do débito e de parcelar o montante da dívida. "E nem assim eles aceitaram fazer um acordo", completou. A dívida trabalhista engloba vantagens salariais obtidas pela categoria em 1976 e 1978, como gratificação de produtividade e horas-extras.

Em junho de 94, os médicos obtiveram na Justiça um precatório de causa alimentar, obrigando o GDF a fazer uma previsão orçamentária para o pagamento da dívida no exercício de 95.